

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO — PE/031/2022 (COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI)

OBJETO: Compra de equipamentos para limpeza profissional, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

IMPORTANTE:

• Recebimento das propostas até:

Data limite: 1º/09/2022

Hora: 9h

• Abertura das propostas:

1º/09/2022 às 9h

Início da Disputa de Preços:

1º/09/2022 às 10h

- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF)
- Consultas sobre o Edital devem ser feitas através do <u>e-mail</u>: comissao-licitacao@prodesan.com.br indicando
 - Pregão eletrônico nº 031/2022
 - Licitação: 958062

ou através do telefone (13) 3229-8000 ramal 182.

1



ÍNDICE

1. EDITAL:

SEÇÃO I

ITEM	ASSUNTO
1.	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
2.	OBJETO
3.	FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS
4.	IMPUGNAÇÕES AO EDITAL
5.	RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO
	PREGÃO
6.	REFERÊNCIA DE TEMPO

SEÇÃO II

ITEM	ASSUNTO
7.	CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
8.	REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
9.	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
10.	RECURSOS
11.	FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
12.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
13.	CONDIÇÕES CONTRATUAIS
14.	DISPOSIÇÕES FINAIS

2. ANEXOS AO EDITAL:

2.1.	Anexo I - Termo de Referência;
2.2.	Anexo II – Relação dos documentos de habilitação;
2.3.	Anexo III - Modelo de Proposta Comercial;
2.4.	Anexo IV - Declaração Padrão modelo PRODESAN;
2.5.	Anexo V - Modelo de Declaração de Inexistência de Empregado Menor;
2.6.	Anexo VI – Minuta do Contrato;
2.7.	Anexo VII – Modelo de Declaração;
2.8.	Anexo VIII – Termo de Ciência e Notificação;
2.9.	Anexo IX – Declaração – Minuta padrão PRODESAN



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022

<u>SEÇÃO I</u>

A PRODESAN, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET, torna público que, de acordo com as Leis Federais nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto Municipal nº 5.636, de 21 de julho de 2010, bem como pelo Regulamento de Licitações e Contratos – RLC - PRODESAN S/A, e pelas normas contidas no presente Edital, realizará processo licitatório na forma abaixo.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através da utilização de recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade. O sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET, utilizando-se de chave de criptografia de 128 bits.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da PRODESAN, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica www.prodesan.com.br

2. OBJETO

2.1. Compra de equipamentos para limpeza profissional, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

3. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente pelo e-mail: comissao-licitacao@prodesan.com.br.

4. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 4.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura do certame, no setor de protocolo DA-PROT, na Praça dos Expedicionários, nº 10, Prédio Anexo, Gonzaga Santos-SP e/ou pelo email: comissão-licitacao@prodesan.com.br.
- 4.2. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis.
- 4.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do pregão.



NOTA: Não serão conhecidas impugnações ou recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

5. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

5.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inserção da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa, conforme previsto na folha de rosto.

6. REFERÊNCIA DE TEMPO

6.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

SEÇÃO II

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 7.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações previstas no artigo 38 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e ainda:
- 7.2.1. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- 7.2.2. Tenha(m) como sócio(s) dirigente(s) ou membros de Comissão de Licitação da Administração Municipal;
- 7.2.3. Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela PRODESAN;
- 7.2.4. Estejam em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.
- 7.2.4.1. No caso da empresa interessada estar em recuperação judicial ou extrajudicial, será permitida a sua participação, se for apresentada a certidão positiva, acompanhada da decisão homologada pelo juízo.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 8.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) coordenar o processo licitatório;
- b) receber, examinar e decidir sobre as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela elaboração do edital;



- c) conduzir a sessão pública na internet;
- d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) dirigir a etapa de lances;
- f) verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) indicar o vencedor do certame;
- i) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- j) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente para adjudicar o objeto e homologar o procedimento.

- CREDENCIAMENTO/PARTICIPAÇÃO

- 8.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão fazer o seu pré-cadastramento junto ao Banco do Brasil, podendo fazê-lo no sistema "Licitações", ou diretamente numa agência do banco.
- 8.3. Os licitantes interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os atos e operações no "licitações-e".
- 8.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 8.5. A chave de identificação e a senha, durante a sua validade, poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.
- 8.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a PRODESAN a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 8.7. O credenciamento do interessado e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica e habilidade para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.



- 8.8. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 8.9. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 8.10. A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 8.11. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- ABERTURA -

- 8.12. Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema, observados as datas e os horários limites previstos no Item 6, observando, na formulação do preço, o máximo de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 8.12.1. Ao enviar sua proposta, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 8.12.2. O licitante deverá informar no campo "Informações adicionais" do Formulário Eletrônico da Proposta, as características do objeto ofertado, de tal forma que permitam aferir se estão em conformidade com as especificações do Edital.
- 8.12.3. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.
- 8.13. A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 8.14. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 8.15. Após a fase de "Classificação das Propostas", o Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, passando para a fase da "Sessão Pública", da qual só poderão participar os licitantes que tiveram suas propostas classificadas.
- 8.16. Na etapa competitiva, que será aberta com o menor preço ofertado na etapa de propostas, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.17. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.



- 8.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.19. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 8.20. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.21. O tempo randômico é gerado pelo sistema, não sendo possível ao Pregoeiro sua administração.
- 8.22. Qualquer lance enviado em desacordo com o objeto licitado (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) será cancelado pelo pregoeiro, mediante aviso lançado no sistema aos participantes, com a apresentação de justificativa, na sequência.
- 8.23. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.24. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.25. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 8.25.1. No caso de não haver lances na "Sessão Pública", serão considerados os valores obtidos na etapa de "Abertura das Propostas".
- 8.26. A proposta comercial, bem como a planilha de preços e o cronograma físico-financeiro, quando exigidos, observado o modelo constante do Anexo deste edital, e os documentos relativos à habilitação (Anexo II) deverão ser apresentados no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data de solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital.
- 8.26.1. Os documentos originais ou fotocópias autenticadas, preferencialmente por Tabelião, quando solicitados pelo Pregoeiro, deverão ser entregues em até 03 (três) dias úteis perante a Comissão de Licitação Pregão, no endereço Praça dos Expedicionários nº 10 Prédio Anexo CEP 11.065-922 Gonzaga Santos SP.
- 8.26.2. Na hipótese do licitante vencedor deixar de entregar a planilha de preços ou documentação de habilitação, no prazo fixado no item 8.26 deste Edital, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de contratar com a PRODESAN pelo prazo de até 2 (dois) anos.



- 8.27. Nos casos de descumprimento do item anterior, pela ausência de entrega dos documentos ou de cumprimento do prazo fixado, de não aceitação da proposta ou de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, podendo negociar a obtenção de preço melhor.
- 8.28. No caso de ME, EPP ou MEI que tenham apresentado restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da PRODESAN, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.29. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na inabilitação e consequente decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12 deste Edital, sendo facultado à PRODESAN convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para apresentação de documentos.
- 8.30. O Pregoeiro, observando-se o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas neste Edital.
- 8.31. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.
- 8.32. O acompanhamento dos resultados, recursos e atas pertinentes a este edital poderão ser consultados, preferencialmente no endereço: www.prodesan.com.br no aplicativo "Licitações".
- 8.33. O resultado deste certame, compreendendo a sua homologação, será comunicado aos licitantes mediante publicação no Diário Oficial de Santos.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. O julgamento das propostas se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que apresentar o **MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE**, observadas as especificações técnicas definidas no Anexo I deste, bem como as condições exigidas no presente Edital.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.



- 10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 10.3. O encaminhamento de memorial e contrarrazões de recurso poderá ser feito através do endereço eletrônico na internet <u>comissao-licitacao@prodesan.com.br</u> ou fax (13) 3229-8000 ramal 182, com posterior remessa do original à Praça dos Expedicionários nº 10 Prédio Anexo Gonzaga Santos/SP CEP 11065-922, no prazo fixado no item 10.1.
- 10.4. Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 10.5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 11.1. Decorrido o prazo para recurso e constatada a regularidade dos atos praticados, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor e o procedimento licitatório será homologado pela autoridade competente.
- 11.2. Com a adjudicatária será celebrado contrato formal pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, que deverá ser assinado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir da convocação da PRODESAN.
- 11.3. A recusa injustificada à assinatura do contrato, quando efetivada a convocação dentro do prazo de validade de sua proposta, sujeita o licitante vencedor à penalidade de suspensão temporária de contratar e de licitar com a PRODESAN, pelo prazo de 12 (doze) meses.
- 11.3.1. É facultado à PRODESAN, quando o convocado não assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório.
- 11.4. Fica consignado que na redação do contrato a ser celebrado serão incluídos, com as adaptações necessárias, todos os itens e condições da proposta vencedora da licitação.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Garantida a defesa prévia, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da rescisão do contrato, às seguintes penalidades:
 - a) advertência;
 - b) multa;

praça dos expedicionários,10
consumos,10 gonzaga • 11.065-922
consumos • são paulo
pabx: 13 3229.8000



- c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a PRODESAN, por período não superior a 2 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação;
- 12.2. A advertência poderá ser aplicada quando ocorrer:
- a) descumprimento das obrigações que possam acarretar prejuízos para a PRODESAN;
- b) execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento do contrato.
- 12.3. A multa poderá ser aplicada quando ocorrer:
 - a) descumprimento das obrigações que acarretem prejuízos para a PRODESAN;
 - b) reiteração de execução insatisfatória e transtornos ao desenvolvimento do contrato.
- 12.3.1. As multas serão aplicadas nos seguintes percentuais:
 - a) 0,5% (meio) por cento, por dia corrido de atraso, até o limite de 5 (cinco) dias, calculada sobre o valor da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, pelo atraso injustificado, entrega em desacordo com as especificações e/ou quantidades solicitadas;
 - b) 1% (um) por cento, por dia corrido, a partir do 6º dia, calculada sobre o valor da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, até o limite de 30 dias, quando o contrato será rescindido de pleno direito, respondendo ainda a Contratada pelos prejuízos a que der causa em decorrência do descumprimento injustificado do contrato;
 - b.1) a penalidade prevista no item anterior será de rescisão contratual, a partir da 3ª infração, sem prejuízo do disposto na alínea "c";
 - c) 1% (um) por cento ao dia, calculado sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento imotivado dos prazos e serviços estabelecidos e demais estipulações contratuais.
- 12.3.2. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não exime a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.
- 12.3.3. A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados à PRODESAN serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.
- 12.3.4. A CONTRATADA desde logo autoriza a PRODESAN a descontar dos valores por ela devidos, o montante das multas a ela aplicadas.
- 12.4. A suspensão temporária será aplicada quando ocorrer:



- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) inexecução total do contrato;
- c) reincidência no atraso das entregas dos serviços;
- d) atraso injustificado na execução dos serviços, contrariando o disposto no contrato;
- e) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- f) irregularidades que ensejem o cancelamento ou suspensão do Contrato;
- g) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos:
- h) prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do Contrato;
- i) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir o licitante idoneidade para contratar com a PRODESAN.
- 12.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, com a observância dos princípios do contraditório e ampla defesa.
- 12.5.1. No caso de aplicação de penalidades, caberá apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 12.5.2. A aplicação das penalidades ocorrerá após decisão que não acolher o recurso apresentado.
- 12.5.3. Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.
- 12.6. Na hipótese do licitante vencedor deixar de entregar a planilha de preços ou documentação de habilitação, no prazo fixado no item 8.28 deste Edital, será aplicada a penalidade de suspensão do direito de contratar com a PRODESAN pelo prazo de até 2 (dois) anos.

13. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Constam da Minuta anexa a este Edital (Anexo VI).

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. No julgamento das propostas e da documentação de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.2. A presente licitação poderá ser revogada, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.



- 14.3. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 14.4. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 14.5. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.
- 14.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

Santos, 24 de agosto de 2022.

LUCAS MEDEIROS RODRIGUES DE SOUZA Pregoeiro da Comissão de Licitações – COMLIC

JORGE TELÉSFORO BRANCO

Presidente da Comissão de Licitações - COMLIC



<u>ANEXO I</u>

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022

1. DO OBJETO

	LOTE 1 - EQUIPAMENTOS PARA	LIM	PEZA	PROF	ISSION	AL
	ITEM / DESCRIÇÃO - 30000378	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
1.1.	CABO DE ALUMINIO ANODIZADO 1,40M, PARA SUPORTE LT EURO, COM ENCAIXE PARA CABOS COM DIAMETRO DE 22 A 24MM(MARCA BRALIMPIA CL140) OU SIMILAR - INDICAR MARCA DO PRODUTO	Unid.	60			
	ITEM / DESCRIÇÃO -30000042	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
1.2.	CONJUNTO DE BALDE ESPREMEDOR COMPOSTO POR: A) CARRINHO COM ESTRUTURA EM POLIPROPILENO INJETADO, ALÇA EM AÇO TUBULAR COM PINTURA ELETROSTÁTICA, CLIP DE FIXAÇÃO PARA HASTE, COM RODÍZIOS. DIMENSÃO: APROXIMADAMENTE 70CM X 35CM X 90CM. B) SISTEMA DE ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIOR. DIMENSÃO: APROXIMADAMENTE 23CM X 28CM X 36CM. C) 2 (DOIS) BALDES EM POLIPROPILENO INJETADO, UM NA COR AZUL E OUTRO NA COR VERMELHA, COM CAPACIDADE DE 25 LITROS CADA. DIMENSÕES APROXIMADAS: 37CM X 37CM X 33CM. REFERÊNCIA: BRALIMPIA(NY 104) OU SIMILAR. INDICAR MARCA DO PRODUTO	Unid.	24			
	ITEM / DESCRIÇÃO - 30000043	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
1.3.	CONJUNTO DE LIMPEZA DE VIDROS, TIPO 2 EM 1- LAVADOR ACOPLADO AO LIMPADOR COM CABO EM ALUMÍNIO. A) DIMENSÃO DE APROXIMADAMENTE 25CM DE COMPRIMENTO (LIMPADOR/LAVADOR) X 60CM DE ALTURA (CABO EM ALUMÍNIO COM SUPORTE ANATÔMICO EM POLIPROPILENO), ACOPLAMENTO DO LAVADOR / LIMPADOR E COM GARRA EM AÇO INOX, PARA FIXAÇÃO DAS GUIAS DO LIMPADOR. B) PROLONGADORES REMOVÍVEIS EM POLIPROPILENO. C) LUVA PARA LAVADOR DE VIDROS, EM TECIDO ACRÍLICO ULTRA ABSORVENTE. D) GUIAS REMOVÍVEIS EM AÇO INOX PARAFIXAÇÃO DAS LÂMINAS DE BORRACHA. E) LÂMINAS DE BORRACHA NATURAL NITRÍLICA, COM CANTO VIVO E UTILIZAÇÃO EM AMBOS OS LADOS. REFERÊNCIA: BRALIMPIA(CB250) OU SIMILAR. INDICAR MARCA DO PRODUTO	Unid	24			
	ITEM / DESCRIÇÃO - 30000046	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
1.4.	ORGANIZADOR DE ACESSÓRIOS, CORPO EM ALUMÍNIO ANODIZADO E SISTEMA DE CLIPS EM NYLON, COM FIXADOR EM BORRACHA CAPACIDADE PARA 06UNIDADES. REFERÊNCIA: BRALIMPIA(OA06AZ) OU SIMILAR INDICAR MARCA DO PRODUTO	Unid.	36			
	ITEM / DESCRIÇÃO - 30000032	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
1.5.	PÁ COLETORA COM CAIXA EM POLIPROPILENO DE ALTA RESITÊNCIA, COR AZUL, COM CABO DE MADEIRA, REVESTIDO COM PLÁSTICO, COM MANOPLA. DIMENSÃO : CABO DE 80CM. REFERÊNCIA: BRALIMPIA (POP PP555) OU SIMILAR INDICAR MARCA DO PRODUTO	Unid.	72			

13



					24/08/2022	<u>-</u>
	ITEM / DESCRIÇÃO - 30000051	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
1.6.	REFIL DE MOP LÍQUIDO PONTA COM LOOP 0,4 KG COR CRÚ. REFERÊNCIA: BRALIMPIA (LR40BR) OU SIMILAR INDICAR MARCA DO PRODUTO	Unid.	240	·		
	ITEM / DESCRIÇÃO - 30000053	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
1.7.	REFIL DE MOP PÓ. LUVA COMPOSTA POR FIOS 100% POLIAMIDA, COM SISTEMA DE FIBRAS EM LOOPING E PARTE SUPERIOR CONFECCIONADA EM TECIDO SINTÉTICO LAVÁVEL. DIMENSÕES APROXIMADAS: 60CM DE COMPRIMENTO X 15CM DE LARGURA. REFERÊNCIA: BRALIMPIA - (RH 600)(High Tech - com Looping Poliamida) OU SIMILAR. INDICAR MARCA DO PRODUTO	Unid.	60			
	ITEM / DESCRIÇÃO - 30000048	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
1.8.	RASPADOR PARA REMOÇÃO PESADA, LÃMINA ZAMAK, COM CABO EM ALUMINIO, COMPRIMENTO 1,50M. REFERÊNCIA: BRALIMPIA(RM150) OU SIMILAR	Unid.	24	·		
	ITEM / DESCRIÇÃO - 30000049	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
1.9.	LAMINA PARA RASPADOR MULTIUSO - CAIXA COM 10 PEÇAS – BRALIMPIA(LR800) OU SIMILAR INDICAR MARCA DO PRODUTO	Сха	60	·		
	ITEM / DESCRIÇÃO - 30000101	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
.1.10	SUPORTE EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, SEM CABO, PARA FIXAÇÃO DE PLACAS DE FIBRA ABRASIVA PARA LIMPEZA, COM ENCAIXE PARA CABOS DE 22 MM A 25MM DE DIAMETRO – COR AZUL. DIMENSÕES: 23CM COMPRIMENTO X 10CM LARGURA. REFERÊNCIA: BRALIMPIA (SUPORTE LIMPA TUDO EURO – COD. SE301) OU SIMILAR INDICAR MARCA DO PRODUTO DOCUMENTAÇÃO: FICHA TÉCNICA	Unid.	120			
	ITEM / DESCRIÇÃO - 30000103	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
1.11.	RODÍZIO PARA CONJUNTO DE BALDE ESPREMEDOR MODELO DOBLÔ-BRALIMPIA. REFERÊNCIA: BRALIMPIA. COD. RD3PRO OU SIMILAR. INDICAR MARCA DO PRODUTO	Unid.	300			0.0.00.00
	ITEM / DESCRIÇÃO - 30000047	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
1.12.	PULVERIZADOR EM POLIPROPILENO, NA COR BRANCA. CAPACIDADE: 01LITRO. REFERÊNCIA: BRALIMPIA(PV2001) OU SIMILAR INDICAR MARCA DO PRODUTO	Unid.	700			
	ITEM / DESCRIÇÃO - 30000035	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
1.13.	PLACA SINALIZADORA EM POLIPROPILENO INJETADO, DE ALTA RESISTÊNCIA, COM A MENSAGEM "CUIDADO PISO MOLHADO". DIMENSÕES APROXIMADAS: 65CM DE COMPRIMENTO X 30CM DE LARGURA. REFERÊNCIA: BRALIMPIA (PL2000)OU SIMILAR INDICAR MARCA DO PRODUTO	Unid.	24			
	ITEM / DESCRIÇÃO - 30000035	Um	Quant. anual	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$	Marca Oferecida
1.14.	ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIROR PARA BALDE ESPREMEDOR DOBLÔ DA BALIMPIA. DIMENSÕES: 23CM X 28CM X 36 CM. REFERÊNCIA: BRALIMPIA OU SIMILAR INDICAR MARCA DO PRODUTO	Unid.	30			

2. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

2.1. Deverá ser inserida no sistema "licitações-e", proposta contemplando o valor **TOTAL DO LOTE.**

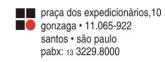
14



- 2.1.1. Ao enviar sua proposta, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 2.1.2. O licitante deverá informar, **OBRIGATORIAMENTE**, no campo "Informações Adicionais" do Formulário Eletrônico da Proposta, a marca e a descrição, de acordo com o item I deste Termo de Referência e demais características do(s) produto(s) ofertado(s), sob pena de desclassificação.
- 2.2. Quando o espaço disponível no campo "Informações Adicionais" não for suficiente para a explicitação das características do produto ofertado, o licitante deverá ratificar e/ou complementar as informações, anexando arquivo em formato texto na opção "Anexos da Proposta".
- 2.3. O **licitante vencedor** deverá apresentar na sua proposta, **a marca**, a descrição, a diluição dos produtos concentrados e os valores **unitários** e **totais** de cada item e valor global da proposta.
- 2.4. A validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura da licitação.
- 2.5. Caso a empresa vencedora apresente proposta com marcas diversas daquelas consideradas pré-aprovadas pela PRODESAN, poderá ser solicitada pela PRODESAN, amostra do produto, que deverá ser enviada em sua embalagem original fechada, inviolada, para análise da Unidade requisitante (Departamento Operacional-DEOP).

3. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 3.1. Os produtos deverão ser entregues, de forma parcelada (12 meses), no Almoxarifado (DEOP) da PRODESAN, à Avenida Vereador Alfredo das Neves s/nº CEP 11.095-510, Santos, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da AF Autorização de Fornecimento expedida pela PRODESAN, acompanhados de Documento Fiscal, a ser devidamente atestado por funcionário designado pela PRODESAN.
- 3.2. A quantidade anual estimada dos produtos especificados no Item 1 deste Termo de Referência, poderá variar de acordo com as necessidades da PRODESAN.
- 3.3. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, onde conste informações e características do produto. No rótulo da embalagem deverá estar especificado:
 - a) n.º do registro do produto no Ministério da Saúde, guando couber
 - b) nome do fabricante;
 - c) n.º do lote;
 - d) data de fabricação;
 - e) prazo de validade;
 - f) identificação do Responsável Técnico com o respectivo registro no órgão fiscalizador da atividade, quando couber.





3.4. No caso de se verificar desconformidade do produto recebido com as especificações contidas no Anexo III, a PRODESAN poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de laudo comprobatório de qualidade do produto entregue, emitido pelo IPT ou outro laboratório reconhecido, ficando as despesas respectivas por conta da empresa contratada.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 4.1. executar fielmente o ajustado, fornecendo os produtos descritos no item 1 deste instrumento, de acordo com as quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento:
- 4.2. prover o adequado transporte e manuseio dos produtos, descritos no item 1 deste Termo de Referência;
- 4.3. efetuar a entrega, no local, prazo e condições estipulados no item 3 deste Termo de Referência.
- 4.4. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa autorização da PRODESAN;
- 4.5. apresentar, sempre que solicitado pela PRODESAN, alvará ou licença de funcionamento, emitida pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município da sede da Contratada, em plena validade, nos termos do art. 52 da Lei Federal 6360 de 23/09/76, quando for o caso;
- 4.6. responsabilizar-se pelo descarregamento dos produtos entregues, providenciando pessoal e eventuais equipamentos necessários para essa finalidade:
- 4.7. garantir validade mínima de 12 meses para os produtos, a contar da data da entrega, salvo disposição em contrário do fabricante;
- 4.8. entregar os produtos em embalagens originais, contendo, quando couber: rótulo, marca, data da fabricação, prazo de validade, composição, registro no órgão competente e demais especificações técnicas exigidas por lei;
- 4.9. substituir os produtos em desconformidade com as especificações exigidas neste Edital, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da PRODESAN;
- 4.10. apresentar laudo analítico do produto (emitido por laboratório devidamente registrado nos órgãos competentes, atestando a ação do produto), sempre que solicitado pela PRODESAN;
- 4.11. manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.12. responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução dos objetos da presente licitação, tais como: transportes, seguros, impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas,



fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente procedimento.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA PRODESAN: Constituem obrigações da PRODESAN:

- 5.1. Prestar todas as informações necessárias ao fiel cumprimento do contrato.
- 5.2. Atestar o Documento Fiscal, quando em conformidade com o presente contrato, encaminhando-o ao setor competente para as providências relativas ao pagamento.
- 5.3. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

6. DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

- 6.1. Compete à unidade requisitante, DEOP, a fiscalização dos produtos, podendo rejeitá-los quando este não atenderem à especificação, como também atestar o documento fiscal, quando em conformidade com o presente contrato, encaminhando-o ao setor competente para as providências relativas ao pagamento.
- 6.2. O gerenciamento do contrato será exercido diretamente pela Unidade Requisitante, Departamento Operacional (DEOP), quanto ao cumprimento dos prazos e controle de qualidade da prestação dos serviços executados pela contratada.

7. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

- 7.1. A Fornecedora deverá emitir Documento Fiscal, contemplando o valor total de cada fornecimento efetuado.
- 7.2. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento do produto pela PRODESAN, desde que estejam em conformidade com as especificações exigidas, com a apresentação do Documento Fiscal e aceitação da Unidade Requisitante, que a encaminhará ao setor competente para as devidas providências.
- 7.3. O prazo para pagamento de documento de cobrança apresentado de forma irregular será contado a partir da reapresentação do documento livre de irregularidades.
- 7.4. O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta bancária no BANCO SANTANDER BRASIL S/A, ou ainda por meio de BOLETO BANCÁRIO.
- 7.5. Caso a CONTRATADA opte por receber por meio de crédito em conta em outra Instituição Financeira que não o SANTANDER, o valor referente a TARIFA será deduzido do valor total do pagamento a ser realizado.

8. DA VIGÊNCIA

8.1. O contrato a ser celebrado vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, ou até que seja entregue a quantidade total contratada.



- 8.1.1. Fica vedado qualquer reajustamento de preços até que seja completado o período de 1 (um) ano.
- 8.2. Fica ressalvada a possibilidade de reajuste e/ou revisão dos preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
- 8.3. Fica consignado que, na redação do contrato a ser celebrado, serão incluídos, com as adaptações necessárias, todos os itens e condições da proposta vencedora da licitação.

9. DA TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

9.1. A Contratada não poderá ceder ou transferir, dar em garantia ou vincular de qualquer forma, total ou parcialmente, o objeto contratado, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem prévia e expressa autorização da PRODESAN.



ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022

1 - RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 1.1. O licitante vencedor da disputa de lances deverá encaminhar a seguinte documentação:
- 1.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 1.1.2. Registro empresarial, no caso de empresa individual.
- 1.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- 1.1.4. Prova de inscrição no CNPJ.
- 1.1.5. Prova de regularidade relativa a Seguridade Social e ao FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificados do I.N.S.S. e do F.G.T.S.).
- 1.1.5.1. No caso de CND/INSS e CRF/CEF emitidos por meio de sistema eletrônico, a aceitação fica condicionada à verificação de autenticidade pela Internet.
- 1.1.6. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, composta de Certidão Negativa de Tributos Mobiliários, ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Finanças do Município, ou outro meio equivalente admitido por lei.
- 1.1.7. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativos a Tributos e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria da Fazenda Nacional (Dívida Ativa), ou outro meio equivalente admitido por lei.
- 1.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva com efeito de Negativa, emitida nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho (Lei nº 12.440, de 07/07/11 e Resolução Administrativa nº 1.470, de 24/08/11).
- 1.1.9. Declaração expressa do licitante, conforme Modelo de Declaração padrão PRODESAN Anexo IV.
- 1.1.10. Declaração expressa do licitante, conforme Modelo de Declaração padrão PRODESAN Anexo V.



- 1.1.11. Declaração expressa do licitante, conforme Modelo de Declaração padrão PRODESAN Anexo VII.
- 1.1.12. Declaração expressa do licitante, conforme Modelo de Declaração padrão PRODESAN Anexo VIII.
- 1.1.13. Declaração expressa do licitante, conforme Modelo de Declaração padrão PRODESAN Anexo IX.
- 1.1.14. Certidão Negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, ou de execução patrimonial do domicílio da pessoa física ou da firma individual, cuja data de emissão não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias da data de abertura desta licitação.
- 1.1.14.1. No caso de empresa em recuperação judicial, apresentar certidão positiva, acompanhada da decisão homologada pelo juízo.
- 2. No caso de isenção ou não incidência de tributos, o licitante deverá apresentar documento(s) comprobatório(s) da isenção, expedido(s) pelo(s) órgão(s) competente(s).

3. Apresentar a Ficha Técnica, no que couber.

- 4. A documentação de que trata este Anexo poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da administração, ou ainda, publicação em órgão de imprensa oficial.
- 5. Nos documentos em que não houver prazo de validade assinalado, serão considerados válidos os emitidos até 90 (noventa) dias corridos, antes da data de abertura desta licitação, exceção feita ao item 1.1.14 deste Anexo.
- 6. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as exigidas neste Edital. Não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que "não são válidas para fins licitatórios".
- 7. Caso as Certidões não provem a regularidade do licitante, esses estarão imediatamente inabilitados no presente procedimento licitatório, além de sofrerem as penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente, exceção feita às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06.
- 8. Todos os documentos deverão se reportar à sede ou à filial que participou da licitação e que executará o Contrato.
- 8.1. No caso da licitante desejar que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:
- a) que do ato constitutivo da licitante (matriz) conste expressamente a filial:



b) que a licitante informe que o objeto será executado pela sua filial, quando então deverá ser comprovada a regularidade fiscal de ambos os estabelecimentos, com a apresentação das certidões necessárias.



ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL					
Fornecedor CNPJ: Endereço CEP Telefone e-mail:	Inscrição Estado Cidade	ual Bairro ax	o Estado		
limpeza pro	nte formulamos Proposta Come fissional, pelo período de 12 (d total contratada, com o qual acor	oze) meses	s, ou até que	seja entregi	
_		Т			<u> </u>
14					
Item	Descrição (*)	Quant.	Marca/ modelo	Preço Unitário	Preço Total
Item	Descrição (*)	Quant.			Preço Total
	Descrição (*) ção é fornecida pelo licitante	Quant.			Preço Total
(*) a descri			modelo		Preço Total
(*) a descri	ção é fornecida pelo licitante		modelo		Preço Total
(*) a descri Total do Lot	ção é fornecida pelo licitante		modelo	Unitário	Preço Total
(*) a descri Total do Lot	ção é fornecida pelo licitante te – R\$(modelo	Unitário	Preço Total
(*) a descri Total do Lot Validade da	ção é fornecida pelo licitante te – R\$(modelo	Unitário	Preço Total



(assinatura do representante legal)

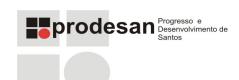
24/08/2022

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022

DECLARAÇÃO - MINUTA PADRÃO PRODESAN

Declaro, sob as penas da lei e para o específico fim de ser habilitado na presente licitação que(nome ou razão social da licitante):
a) não se encontra, a qualquer título, suspenso no seu direito de participar de licitações ou de contratar com o Poder Público, na esfera municipal;
b) não foi declarada inidônea por qualquer órgão público da administração Federal, Estadual ou Municipal;
c) não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do edital da presente licitação, impedido de se habilitar regularmente na presente licitação, ou a eventual contratação que deste procedimento possa decorrer;
d) tem conhecimento e aceita integralmente todas as condições e termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 031/2022
Assim sendo, para os fins que se fizerem de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.
(Cidade) , de de 2022



ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA Decreto 4.358, de 05.09.2002 EMPREGADOR: PESSOA JURÍDICA
Ref.: (identificação da licitação)
CNPJ n.º, inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º
se observa nos preceitos proibitivos contidos no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (.).
(data)
(representante legal)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO			-		
SI FAZEM	A PROD	ESAN	- PROC	RESS	60 E
DESENVOL EMPRESA					E A

DESENVOLVIMENTO DE SANTOS S.A., sociedade de economia mista, constituída nos termos da autorização contida na Lei Municipal nº 3.133, de 02 de julho de 1965, com inscrição no CNPJ sob nº 58.131.582/0001-25, com sede nesta Cidade, na Praça Expedicionários, nº 10, e representada por dois de seus diretores, na forma do seu Estatuto Social, denominada simplesmente PRODESAN e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede em, na Rua CEP:, neste ato denominada simplesmente CONTRATADA e representada pelo Sr.
denominada simplesmente CONTRATADA e representada pelo Sr
, e, por esta última, na forma de sua representação, foi dito que
tendo sido aceita a proposta que apresentara para venda de equipamentos para limpeza profissional, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrição constante do Edital do Pregão Eletrônico PE/031/2022, Processo nº 417/2022, da PRODESAN, cujo teor declara expressamente conhecer e aceitar e, sendo-lhe adjudicado o respectivo objeto, assina o presente instrumento, na qualidade de CONTRATADA, concordando com os termos e condições pelos quais desde já se obriga.
CLÁUSULA I
OBJETO – A CONTRATADA se obriga a fornecer para a PRODESAN, conforme proposta apresentada e especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I.
CLÁUSULA II
DO PREÇO – Pelo fornecimento descrito na Cláusula anterior a PRODESAN pagará à CONTRATADA o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s):
a)//
b)/
c)/

25



§ 1º O(s) preço(s) especificado(s) nesta Cláusula representa(m) tudo quanto deva ser pago à CONTRATADA, pelo fornecimento objeto deste contrato, tais como tributos, frete, embalagens e outras.

	§ 2º O valor total estimado do presente co	ontrato é
de R\$	().	

CLAÚSULA III

REAJUSTE DE PREÇOS – Os preços contratados poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses de vigência do contrato, com base na variação do IPC-A (Índice de Preços ao Consumidor – Amplo) calculado pelo IBGE, sendo considerado índice inicial (i_O) o relativo ao mês da assinatura do contrato.

CLAÚSULA IV

CONDIÇÕES DE ENTREGA - A Contratada deverá entregar os produtos no Almoxarifado 3 (DA-Alemoa) da PRODESAN, à Avenida Vereador Alfredo das Neves s/nº – Alemoa – Santos, CEP 11.095-510, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da AF – Autorização de Fornecimento expedida pela PRODESAN.

§ 1º Os produtos deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h – 12h às 15h50min, acompanhados do Documento Fiscal, com a inscrição do CNPJ 58.131.582/0001-25 e Inscrição Estadual 633.187.940.112, devidamente atestado por funcionário designado pela PRODESAN.

§ 2º Os produtos entregues deverão atender às especificações exigidas e vir acompanhados da documentação necessária, por ocasião da primeira entrega, podendo ser recusados os produtos que apresentarem embalagens violadas, com vazamento, produtos manchados, sujos, com mofo, enferrujados ou com aparência duvidosa.

§ 3º O aceite/aprovação do produto pela PRODESAN não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo I, verificadas posteriormente, garantindo à PRODESAN as faculdades previstas no art. 18 da Lei 8078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

§ 4º No caso de se verificar desconformidade do produto recebido com as especificações contidas no Anexo I, a PRODESAN poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de laudo comprobatório de qualidade do produto entregue, emitido pelo IPT ou outro laboratório reconhecido, ficando as despesas respectivas por conta da empresa contratada.



CLÁUSULA V

FORMA DE PAGAMENTO – O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega dos produtos e apresentação do Documento Fiscal de cobrança, com a aceitação da Unidade Requisitante, que encaminhará ao setor competente para as devidas providências.

§ 1º Nenhuma quitação será aceita sob reserva ou

condição.

§ 2º Correrão por conta da CONTRATADA todas

as despesas com quitação.

§ 3º O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta bancária no BANCO SANTANDER – BRASIL S/A, ou ainda por meio de BOLETO BANCÁRIO.

§ 4º Caso a CONTRATADA opte por receber por meio de crédito em conta em outra Instituição Financeira que não o SANTANDER, o valor referente a TARIFA será deduzido do valor total do pagamento a ser realizado.

§ 5º Verificada a não conformidade do produto ou a apresentação de documentos de cobrança de forma irregular, o prazo para pagamento será contado a partir da data da regularização total da pendência.

CLÁUSULA VI

PRAZO - O prazo deste contrato é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura ou até que seja entregue a totalidade dos produtos.

CLÁUSULA VII

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – Em cumprimento às suas obrigações contratuais, cabe à CONTRATADA:

- a) executar fielmente o ajustado, fornecendo os produtos descritos na Cláusula I deste instrumento, de acordo com as quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento;
- b) prover o adequado transporte e manuseio dos produtos, objeto do presente contrato;
- c) efetuar a entrega, no local, prazo e condições estipulados na Cláusula IV deste contrato;
- d) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa autorização da PRODESAN;



- e) apresentar, sempre que solicitado pela PRODESAN, alvará ou licença de funcionamento, emitida pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município da sede da Contratada, em plena validade, nos termos do art. 52 da Lei Federal 6360 de 23/09/76, quando for o caso;
- f) responsabilizar-se pelo descarregamento dos produtos entregues, providenciando pessoal e eventuais equipamentos necessários para essa finalidade:
- g) garantir validade mínima de 12 meses para os produtos, a contar da data da entrega, salvo disposição em contrário do fabricante;
- h) entregar os produtos em embalagens originais, contendo, quando couber: rótulo, marca, data da fabricação, prazo de validade, composição, registro no órgão competente e demais especificações técnicas exigidas por lei;
- substituir os produtos em desconformidade com as especificações exigidas neste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da PRODESAN;
- j) apresentar laudo analítico do produto (emitido por laboratório devidamente registrado nos órgãos competentes, atestando a ação do produto), sempre que solicitado pela PRODESAN;
- k) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- I) responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução dos objetos da presente licitação, tais como: transportes, seguros, impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente procedimento.

CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA

PRODESAN – Em cumprimento às suas obrigações contratuais, cabe à PRODESAN:

- a) Prestar todas as informações necessárias ao fiel cumprimento do contrato.
- b) Atestar o Documento Fiscal, quando em conformidade com o presente contrato, encaminhando-o ao setor competente para as providências relativas ao pagamento.
- Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.



CLÁUSULA IX

DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO -

Compete à unidade requisitante, DEOP, a fiscalização dos produtos, podendo rejeitálos quando este não atenderem à especificação, como também atestar o documento fiscal, quando em conformidade com o presente contrato, encaminhando-o ao setor competente para as providências relativas ao pagamento.

§ 1º O gerenciamento do contrato será exercido diretamente pela Unidade Requisitante, Departamento Operacional (DEOP), quanto ao cumprimento dos prazos e controle de qualidade da prestação dos serviços executados pela contratada.

§ 2º A fiscalização deste Contrato, pela PRODESAN, não exonera nem diminui a responsabilidade e obrigações assumidas pela CONTRADA.

CLÁUSULA X

TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO - A

CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, dar em garantia ou vincular de qualquer forma o objeto contratado, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem prévia autorização da PRODESAN.

CLÁUSULA XI

SANÇÕES - Garantida a defesa prévia, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da rescisão do contrato, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a PRODESAN, por período não superior a 2 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação;

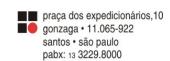
§ 1º A advertência poderá ser aplicada quando

ocorrer:

- a) descumprimento das obrigações que possam acarretar prejuízos para a PRODESAN;
- b) execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento do contrato, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

§ 2º A PRODESAN poderá aplicar à

CONTRATADA multa de:





- a) 0,5% (meio) por cento, por dia corrido de atraso, até o limite de 5 (cinco) dias, calculada sobre o valor da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, pelo atraso injustificado, entrega em desacordo com as especificações e/ou quantidades solicitadas;
- b) 1% (um) por cento, por dia corrido, a partir do 6º dia, calculada sobre o valor da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, até o limite de 30 dias, quando o contrato será rescindido de pleno direito, respondendo ainda a Contratada pelos prejuízos a que der causa em decorrência do descumprimento injustificado do contrato;
- c) 1% (um) por cento ao dia, calculado sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento imotivado dos prazos e serviços estabelecidos e demais estipulações contratuais.

§ 3º A penalidade prevista na alínea "b" será de rescisão contratual, a partir da 3ª infração, sem prejuízo do disposto na alínea "c";

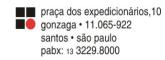
§ 4º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não exime a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

§ 5º A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados à PRODESAN serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

§ 6º A CONTRATADA desde logo autoriza a PRODESAN a descontar dos valores por ela devidos, o montante das multas a ela aplicadas.

§ 7º A suspensão temporária será aplicada quando ocorrer:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) inexecução total do contrato;
- c) reincidência no atraso das entregas dos produtos;
- d) atraso injustificado na entrega dos produtos, contrariando o disposto no contrato;
- e) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- f) irregularidades que ensejem o cancelamento ou suspensão do Contrato;
- g) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- h) prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do Contrato;
- i) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir o licitante idoneidade para contratar com a PRODESAN.





§ 8º Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, com a observância dos princípios do contraditório e ampla defesa.

§ 9º No caso de aplicação de penalidades, caberá apresentação de recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato, que deverá ser protocolado no DA-PROT, no endereço Praça dos Expedicionários nº 10 – Prédio Anexo – CEP 11.065-922 - Gonzaga – Santos – SP.

§ 10. A aplicação das penalidades ocorrerá após decisão que não acolher o recurso apresentado.

§ 11. Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

CLÁUSULA XII

DA RESPONSABILIDADE CIVIL - A

CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar à PRODESAN, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros em decorrência da má execução deste contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a PRODESAN, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar

Parágrafo Único. Correrão também, por conta da CONTRATADA, as consequências de:

- a) negligência, imperícia ou imprudência por parte de seu pessoal;
- b) ato ilícito de seus membros;
- c) acidentes de qualquer natureza ocorridos no fornecimento.

CLÁUSULA XIII

RESCISÃO - Observadas as formalidades legais,

- a rescisão do contrato poderá ser:
 - a) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
 - b) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA XIV

DOS CASOS OMISSOS - Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pela PRODESAN com base nas disposições contidas na Legislação vigente.



CLÁUSULA XV

DISPOSIÇÕES GERAIS - A PRODESAN e a CONTRATADA cumprirão os preceitos estabelecidos na Lei 13.709/18, em relação aos dados pessoais que tiverem acesso em decorrência do contrato.

CLÁUSULA XVI

FORO - Elegem de comum acordo o foro da Comarca de Santos, Estado de São Paulo, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir e julgar as questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e combinados assinam o presente, que foi lavrado em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também assinam.

32

Santos, de de
PRODESAN - Progresso e Desenv. de Santos S.A
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE **PEQUENO PORTE**

(NOME DA EMPRESA) CNPJ
n^{o} (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, para fins do
disposto no art. 3° da Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006, com as
alterações da Lei Complementar nº 147/2014, que:
a) se enquadra como EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP);
h) a receita bruta apual auforida pão ultrapagas a dispecto pos incises II (EDD) do ort
b) a receita bruta anual auferida não ultrapassa o disposto nos incisos II (EPP) do art.
3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006;
c) não tem nenhum dos impedimentos do § 4º do art. 3º, da mesma lei, ciente da
·
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Local e Data
Assinatura, nome e número de identidade do declarante

Obs.: Este documento deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa.

33



ANEXO VIII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (DADOS DA CONTRATADA)

CONTRATADA:					
OBJETO:					
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:					
1. Estamos CIENTES de que:					
 a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico; 					
 b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP; c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões 					
que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;					
 d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo. 					
2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:					
 a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação; b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber. 					
LOCAL e DATA:					
Responsável pela CONTRATADA: Nome: Cargo:					
Cargo.					
CPF:					
Endereço residencial completo c/CEP:					
E-mail institucional					
E-mail pessoal:					

Telefone(s):_____

Assinatura:



ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2022 DECLARAÇÃO – MINUTA PADRÃO PRODESAN

(Pess , CNF , endereço	⊃J	representante , resident , CEP_	te na cida	ade de
() NÃO SER DOADOR(A) DE CAMP () SER DOADOR(A) DE CAMP CONSTANTES NO SÍTIO DA JUS DECRETO 7724/2012, ART. 7°, §	PANHA ELEIT STIÇA ELEIT(ORAL, CONFO		
"Art. 7° - É dever dos órgãos e divulgação em seus sítios na Interne produzidas ou custodiadas, observant §4° As informações poderão ser disperience de página na Internet, quando estiver	et de informaç do o disposto n oonibilizadas po	ões de interesse d os <u>arts. 7º e 8º da</u> or meio de ferrame	coletivo ou gera <u>Lei nº 12.527, c</u> enta de redireció	al por ele <u>de 2011.</u> onamento
(Cidade), de	de			
(assinatura do representante legal)				

35